


Apontamentos sobre a conjuntura mundial: a “tempestade” da crise do capital

Notes on the global conjuncture: the “storm” of the capital crisis

Albani de Barros^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2923-7557>

Resumo: Este artigo analisa a conjuntura mundial a partir do aprofundamento da crise do capital. Por meio de uma revisão bibliográfica, o texto aborda temas como a crise do capitalismo, políticas neoliberais, reestruturação produtiva, intensificação dos conflitos bélicos e a expansão da financeirização, com destaque para o crescimento do capital fictício e o aumento dos níveis de endividamento global. Também se examina o confronto entre Estados Unidos e China, explorando como essa rivalidade se insere e se intensifica no quadro de crises e transformações do sistema capitalista.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital. Conjuntura mundial. Neoliberalismo. Medidas contra-arrestantes.

Abstract: This article examines the contemporary global conjuncture in light of the deepening crisis of capital. Through a comprehensive literature review, the study is organized around the following themes: the crisis of capital, neoliberal policies, productive restructuring, intensification of armed conflicts, and the expansion of financialization. It also addresses the growth of fictitious capital and the rising levels of global indebtedness. Finally, the text explores the confrontation between the United States and China.

Keywords: Structural crisis of capital. Global conjuncture. Neoliberalism. Counter-tendential measures.

^aUniversidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, Brasil.

Recebido: 11/11/2024 ■ **Aprovado:** 19/12/2024

Introdução

O presente artigo busca apresentar um panorama sobre a conjuntura mundial, tendo por fio condutor a análise dos impactos da crise estrutural do capital e o aprofundamento das contradições originárias do processo de acumulação, o que provoca respostas do capital, com a adoção de medidas contra-arrestantes. Os apontamentos contidos neste texto são fruto de uma análise sobre a conjuntura mundial, desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica abrangente, sendo a parte inicial de um projeto de pesquisa que estamos desenvolvendo sobre a tendência de queda nas taxas de lucro, suas contratendências e ação do Estado. Como parte dos procedimentos metodológicos adotados, foram utilizados pesquisa em livros, artigos acadêmicos e fontes documentais, com o objetivo de compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam o cenário global contemporâneo.

O período de recorte temporal dessa análise situa-se a partir das transformações econômicas e políticas, com base na chamada crise estrutural do capital, o qual Mészáros (2002) assinala seu marco inicial em meados da década de 1970. Contudo, para melhor delineamento deste estudo, nossa ênfase situa-se nos desdobramentos da conjuntura mundial pós-crise de 2008. O contato com documentos publicados pelo BIS (Bank for International Settlements — Banco de Compensações Internacionais) e da organização Trading Economics (Economia de Negócios e Comércio) permitiu o acesso a dados e análises sobre a situação e a tendência de alguns aspectos da economia mundial, incluindo as dívidas e PIB. Já do ponto de vista da abordagem conceitual utilizada, nos valemos de uma base que segue a tradição de Marx da crítica da economia política, incorporando autores como Mészáros e Harvey.

Este estudo baseia-se no exame de contradições fundamentais da dinâmica capitalista em sua fase atual, considerando tanto seus impactos estruturais quanto as tendências emergentes. Nesse contexto, apresentamos alguns apontamentos que, embora tratados de forma sucinta,

julgamos essenciais para uma análise de conjuntura sob a perspectiva da crítica radical que orienta este trabalho.

Diante do desafio de analisar um tema tão amplo e complexo quanto a conjuntura mundial contemporânea, situada no contexto da crise estrutural que a permeia, pareceu-nos pertinente recorrer à magistral alegoria presente no enredo da peça *A tempestade*, de Shakespeare. No entanto, essa metáfora, que relaciona a crise do capital à tempestade de nossos dias, será explicada nas considerações finais.

Os argumentos tratados ao longo do texto versam sobre os seguintes temas: as características gerais da crise estrutural; a crise e seus desdobramentos para a conjuntura mundial atual; as cinco respostas que o capital tem executado para enfrentar a crise, incluindo a aplicação das políticas neoliberais, a adoção da reestruturação produtiva, o incentivo à continuidade de guerras, a hipertrofia da esfera financeira e, por último, a elevação de todos esses fatores a um novo patamar qualitativo após a crise de 2008; o apontamento seguinte aborda a ampliação do capital fictício, das dívidas e os riscos de uma nova crise; e, no derradeiro apontamento, tratamos das características e das contradições do embate entre os Estados Unidos e a China.

As ações empreendidas nas últimas décadas, sob a pressão e as limitações impostas por uma crise contínua, têm aprofundado as contradições estruturais entre capital e trabalho. As transformações econômicas e políticas resultantes da chamada reestruturação produtiva, aliadas à aplicação do receituário neoliberal, criaram condições propícias para a intensificação da desvalorização da força de trabalho, agravando, simultaneamente, as condições de vida dos trabalhadores.

Como o capital apresenta uma incapacidade estrutural de abordar as causas fundamentais dos problemas que seu metabolismo gera, opera constantemente um divórcio entre os efeitos e sua gênese. Dessa forma, todos os distúrbios do sistema são tratados como meros problemas temporários, jamais enfrentados em sua essência, independentemente das graves implicações que possam surgir em longo prazo (Mészáros, 2002).

Incapaz de suprimir sua própria lógica sem comprometer sua existência, o capital, diante de uma crise estrutural que se aprofunda, recorre à alternativa de destruir tudo o que é vivo, incluindo o ser humano e as bases materiais que sustentam sua existência.

1. Sobre a crise do capital

As crises estão na gênese do capitalismo; não é possível a existência do modo de produção capitalista sem que este esteja constantemente acompanhado por suas crises econômicas. Elas são, essencialmente, o resultado da superprodução de capital, da combinação entre superprodução de mercadorias e superacumulação, sendo o momento predominante o da superacumulação. O movimento de reprodução da acumulação gera uma crescente massa de mais-valia produzida, que necessita ser realizada, metamorfoseada novamente sob a forma de capital monetário e que precisará retornar ao ciclo de acumulação, visto que “a finalidade determinante da produção capitalista é a valorização constante de valor adiantado” (Marx, 2014, p. 235).

À medida que o capital produz contradições, que são resultado de seu metabolismo interno, seus movimentos mais amplos também apresentam um ordenamento de características. Na identificação dos ciclos econômicos, Marx (1996, p. 263) expõe a seguinte ordem: “vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação”. Nessa ordem exposta pelo autor de *O capital*, é possível perceber que a produção de mercadorias e a acumulação de capital, levadas à sua máxima intensidade, são exatamente o elemento impulsionador para o ciclo seguinte: o da crise. De forma sintética: a produção e a acumulação capitalistas, aceleradas à sua máxima velocidade possível, não promovem a reprodução de seus períodos de ascensão a um patamar superior de virtuosidade. Muito pelo contrário, seu “bom” funcionamento é o que leva ao seu próprio colapso. À proporção que cresce essa massa de capital valorizado a cada ciclo, a crise se expressa quando ocorre uma interrupção ou são postos severos obstáculos para o processo de valorização.

Se o movimento que leva às crises é o resultado do processo de acumulação capitalista, a tendência à queda da média das taxas de lucro também está sob a mesma gênese. Marx (1996) observa que, no processo de acumulação capitalista, a expansão do capital se realiza por meio da concentração e da centralização de capitais, o que conduz continuamente a um aumento do componente constante e a uma diminuição do capital variável. O problema é que essa lógica provoca novas contradições para o conjunto da economia. No longo prazo, essa dinâmica acaba por estimular uma tendência que é intrínseca ao processo de acumulação: a queda na taxa média de lucratividade.

O aumento da composição orgânica do capital e a maior utilização do capital constante em relação ao componente variável são os elementos que provocam a tendência de queda nas taxas de lucro (Marx, 2017). Mas, se existe uma tendência de queda na taxa média de lucratividade, também é verdade que os capitalistas não ficam imóveis diante disso e buscam mecanismos para seu permanente enfrentamento. É amplo o leque de possibilidades de que os capitalistas dispõem para conter essa tendência, e, tal qual o próprio capitalismo, essas possibilidades são constantemente renovadas ou até mesmo ampliadas.

Nesse ponto, é importante destacar que a existência das contratendências não é simplesmente uma resposta *post festum* à tendência de queda nas taxas de lucro. Trata-se de um movimento que a acompanha de forma paralela. Os dois movimentos, a tendência de queda e as estratégias para o seu enfrentamento, são partes constitutivas e medulares das engrenagens da acumulação capitalista, ligadas e indissociáveis ao seu metabolismo.

No volume três de *O Capital*, capítulo XIV, Marx (2017) analisa quais são as estratégias que o capital executa como ações contra-arrestantes, elencando seis possibilidades para aquela realidade histórica. São elas: aumento do grau de exploração do trabalho, compressão do salário abaixo de seu valor, barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa, o comércio exterior e, por último, o aumento do capital acionário (Marx, 2017). Em razão das atuais condições históricas

do capitalismo, é possível considerar o acréscimo de elementos como o ímpeto para as guerras e a obsolescência programada.

Nossa hipótese, a partir da análise das condições históricas em que o capitalismo tem se desenvolvido desde as três últimas décadas do século XX, sob o impacto da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002), é de que o movimento de contratendência está em curso acelerado no contexto histórico da crise do capital. Em outros termos, as ações contra-arrestantes, que são um processo imanente da acumulação de capital, encontram-se neste momento em curso acelerado, potencializadas por uma crise de caráter contínuo.

2. A crise e seus desdobramentos para a conjuntura atual

A mais ampla e profunda análise sobre os determinantes do capitalismo contemporâneo e sua crise foi realizada por Mészáros (2002). O autor indica que estamos vivenciando os efeitos de uma crise estrutural do capital. Para ele, o caráter de continuidade depressiva, com espasmos pífios de crescimento, e, principalmente, as consequências sociais que a humanidade enfrenta em virtude da ativação dos limites absolutos do capital evidenciam que estamos diante de uma crise “nunca dantes experimentada e numa escala incomparável” (Mészáros, 2009, p. 75). O período de crises cíclicas teria sido superado por uma nova configuração de colapso, agora estrutural, que difere dos ciclos de crise anteriores devido a quatro elementos:

[...] seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]. Seu *alcance é verdadeiramente global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]. Sua escala de tempo é extensa, contínua e permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...] (Mészáros, 2002, p. 796, grifos do autor).

Mészáros (2002) assevera que a crise estrutural atinge a totalidade dos complexos sociais, seus subcomplexos e demais esferas articuladas ao metabolismo da sociedade capitalista. Em suma, trata-se de uma crise que ultrapassa a esfera econômica, com fortes reflexos em várias esferas da vida social. Com uma fina ironia, Mészáros argumenta que aqueles que entenderem essa afirmação como demasiadamente dramática deveriam atentamente observar ao seu redor e indagar: “É possível encontrar qualquer esfera de atividade ou qualquer conjunto de relações humanas não afetadas pela crise?” (Mészáros, 2002, p. 800). Entre as várias esferas da vida que se encontram afetadas pela crise, inegavelmente os trabalhadores experimentam uma das mais graves consequências.

A história revela que a emergência de uma crise impõe entraves para o processo de reprodução ampliada de capital. Porém, também é um componente que realimenta o sistema e impulsiona a busca de novas estratégias para a extração contínua de mais-valor. Dessa maneira, é uma marca do capital a capacidade de adequação de seu fluxo no enfrentamento dos obstáculos que historicamente são postos por sua própria dinâmica. Esse aspecto possui uma íntima relação com o modelo e a configuração em que a riqueza é acumulada, sob a forma de capital, com a mobilidade e a fluidez que lhes são inerentes.

De acordo com Mészáros (2002), ao longo do desenvolvimento do processo de reprodução do capital, suas dimensões essenciais — produção, consumo e circulação/realização — têm conseguido, com relativo sucesso, expandir-se com essas três unidades agindo num movimento de reciprocidade, “garantindo também a motivação interna necessária para a respectiva reprodução dinâmica em uma escala cada vez mais ampliada” (Mészáros, 2014, p. 28).

Enquanto a reciprocidade dessas três unidades foi mantida com razoável êxito, os limites imediatos puderam ser realocados ou postergados, até mesmo utilizados como “alavancas para o crescimento exponencial do aparentemente ilimitado poder autopropulsivo do capital” (Mészáros, 2014, p. 28). Ocorre que ao entrarmos na crise estrutural, essa tripla

dimensão interna, cuja funcionalidade esteve sempre orientada a proporcionar a expansão do capital, passou a apresentar disfunções cada vez mais severas.

Conforme Mészáros (2002), com a crise estrutural ocorreu uma alteração substancial na profundidade e na gravidade nos colapsos econômicos historicamente vivenciados pelo capital. O autor rechaça a possibilidade de uma recuperação significativa e do retorno de uma longa fase de crescimento, tal qual já ocorrera antes. Após os dramáticos anos de depressão iniciados com a crise de 1929, a economia capitalista alcançou, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, vigorosos índices de crescimento.

O grave para o enfrentamento do atual quadro de crise estrutural é que as fraturas do sistema se tornaram mais desabridas. Isso implica ter de enfrentar e ultrapassar um conjunto extenso de contradições, impregnadas em inúmeros complexos sociais e que atingem diretamente o núcleo da produção capitalista. Porém, mesmo diante desse quadro, o processo ampliado de reprodução do capital não é sustado. A gravidade quanto à manutenção desse processo é que os mecanismos utilizados para a ampliação da acumulação, crescentemente, exigem um custo social maior para a humanidade e, em especial, para os trabalhadores.

3. Cinco respostas do capital para o enfrentamento da crise

É quase um consenso que o mundo está já há muito tempo numa crise persistente, renitente, com caráter de continuidade. Como um quadro ilustrativo desse cenário, é suficiente recordar a sequência desses colapsos recentes: crise do petróleo, em 1973, a crise de superprodução, entre 1974/1975, a “segunda-feira negra”, em 1987, crise do peso mexicano, em 1994, crise dos Tigres Asiáticos, em 1997, crise do rublo, em 1998, crise das pontocom, em 2000, crise após a queda das Torres Gêmeas, em 2001, crise argentina, entre 2001/2002, a grande depressão de 2008, crise das dívidas europeias, entre 2009/2010, crise da pandemia, em 2020.

Ao longo desse percurso, as respostas do capital são na tentativa de reacomodar paliativamente as contradições geradas, uma vez que seus graves problemas não podem ser radicalmente eliminados pelos instrumentos de regulação burgueses. Desconsiderando uma ordem cronológica ou de relevância, é possível sintetizar em cinco grandes respostas que o capital tem demandado para enfrentar os impactos e as consequências da crise.

A primeira resposta foi a execução das políticas neoliberais, sob o lastro da herança teórica de Hayek e de Friedman, a partir do final da década de 1970. Sua materialização ocorreu por meio de processos de privatização, corte de gastos sociais, aumento de juros, diminuição de impostos sobre os mais ricos, impulso ao desemprego e ataque a organizações políticas dos trabalhadores.

A segunda resposta foi a chamada reestruturação produtiva, que, do ponto de vista conceitual, não se limitou a um período específico, mas constituiu um movimento processual que ainda permanece em curso. No âmbito das relações de produção, isso ganhou concretude com a adoção do modelo toyotista, a introdução de novos aparatos tecnológicos informacionais e novas formas de controle e gestão da força de trabalho, resultando na elevação dos níveis de sobretrabalho e no crescimento da precarização.

A terceira resposta foi a intensificação da hipertrofia da esfera financeira, com um massivo deslocamento de capitais para serem valorizados sob a lógica do capital fictício. Esse movimento representou uma tentativa de acelerar a rotação do capital, à medida que o capital fictício busca antecipar a apropriação de valores que possivelmente serão realizados no futuro. O problema é que, ao ampliar a massa de capitais que precisam ser valorizados, novas contradições são potencializadas.

A quarta resposta tem sido o constante acionamento dos tambores da guerra. O volumoso dispêndio de riqueza no desenvolvimento de instrumentos que ferem, mutilam e matam tem sido algo indissociável do capitalismo monopolista e de sua face imperialista. Desde 2009, observa-se um contínuo crescimento dos gastos bélicos, atingindo, em 2023, o patamar recorde de 2,4 trilhões de dólares (Sipri, 2024). Já o número

estimado de vítimas relacionadas a conflitos no mundo aumentou de 153.100, em 2022, para 170.700, em 2023, alcançando o nível mais alto desde 2019 (Sipri, 2024). Ademais, diante da incapacidade da Organização das Nações Unidas (ONU) de interferir nos conflitos em curso, como na Ucrânia e na Palestina, o mundo se encontra sob domínio dos interesses dos monopólios bélicos e dos apetites expansionistas imperialistas. O resultado é um processo de armamento descontrolado, bem como o recorrente descumprimento de acordos de controle de armas.

A quinta resposta surgiu após a crise de 2008 e não se trata de uma ação específica ou de um movimento inédito até aquele momento. A partir de então, o que se observa é o aprofundamento das quatro dimensões anteriormente citadas, agora elevadas a patamares superiores, expressando uma nova condição qualitativa. Como expressões visíveis desse movimento, destacam-se o acelerado crescimento das dívidas públicas e o ataque, em escala mundial, às normas protetivas do trabalho, por meio de mais de 110 contrarreformas trabalhistas em diferentes países (Adascalitei; Morano, 2016).

Desde 2008, um conjunto de contrarreformas trabalhistas se espalhou mundialmente, intensificando a ofensiva contra os trabalhadores iniciada nos anos 1980, agora sob o impulso da expansão da uberização e da retirada de normativas do polo protetivo do trabalho. Ao analisar as contrarreformas em mais de 110 países entre 2008 e 2014, os pesquisadores Adascalitei e Morano (2016) publicaram, por meio da Organização Internacional do Trabalho, o relatório “Drivers and effects of labour market reforms: evidence from a novel policy compendium”. Ao examinar 642 alterações nas legislações trabalhistas pesquisadas, os resultados identificados por Adascalitei e Morano (2016) demonstraram que, embora essas mudanças tivessem o argumento de que elas seriam capazes de fomentar o emprego por meio da redução do custo da força de trabalho, o que na prática ocorreu foi que acabaram provocando um aumento do subemprego, da informalidade e, em diversos casos, um acréscimo nas taxas de desemprego.

4. Capital fictício, dívidas e a sombra de uma nova crise

As formas parasitárias de apropriação de riqueza que permeiam os ganhos da esfera financeira, enquanto possibilitam lucros elevados com o apoio dos Estados nacionais, também obrigam a esfera produtiva a adotar níveis de exploração mais intensos. Os circuitos de valorização do capital precisam garantir lucros para diversas frações burguesas, isoladas ou em “orgia” com outros capitais dispersos globalmente. Dessa forma, é necessário atender simultaneamente às demandas de lucro dos setores de produção, serviços e comércio, além de saciar o apetite crescente por lucros da esfera rentista, que opera por meio de circuitos globais de valorização.

O atual panorama da quantidade de capital fictício a ser valorizado impressiona pelo seu tamanho e pelas implicações que isso provoca em termos de riscos de um colapso econômico tectônico. Conforme dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS, 2021), os contratos com papéis derivativos em 2020 alcançaram a espantosa marca de 582 trilhões de dólares. Para agravar essa situação, há uma mudança nos padrões de vencimento desses contratos. No caso dos derivativos de ações, esses chegam a ter um prazo inferior a um ano, pressionando ainda mais os credores para a obtenção de liquidez no curto prazo. Considerando o volume desses contratos, para efeito de comparação, o PIB mundial previsto para 2024 deve ser de 105 trilhões de dólares, menos de cinco vezes a soma de capitais fictícios em papéis derivativos.

Já no que tange ao contínuo aumento mundial das dívidas, as revistas econômicas da burguesia, voltadas para dialogar com a própria classe, têm alertado com frequência, desde 2023, para o risco de uma crise de grandes proporções nos próximos anos, exatamente devido a esse crescimento acelerado. A dívida mundial, em março de 2024, alcançou a cifra de 315 trilhões de dólares, de acordo com a revista *Exame* (2024), extraídos a partir de dados do Instituto Internacional de Finanças. A divisão desse montante é a seguinte: 94,1 trilhões de dólares para as

dívidas de empresas não financeiras, 91,4 trilhões de dólares para dívidas governamentais, 70,4 trilhões de dólares para dívidas de organizações do setor financeiro e 59,1 trilhões de dólares para dívidas das famílias.

No caso das dívidas públicas, o montante acumulado pelos países que fazem parte do G20 ou se aproxima do próprio PIB, ou, em alguns casos, já ultrapassou. Como elemento ilustrativo, o Brasil possui uma dívida pública equivalente a 71% de seu PIB; já na sequência temos Reino Unido, com 97%; Espanha, com 106%; Canadá, com 107%; França, com 111%; Estados Unidos, com 122%; Itália, com 138%; Singapura, com 168%; e Japão, com 260% (Trading Economics, 2024).

Como o dinheiro em si não gera valor adicional — sendo o trabalho a verdadeira fonte de criação de valor —, o montante de capital acumulado, nas mais diversas formas, exerce uma pressão crescente para que o movimento de acumulação de capital intensifique as ações de contratendência, o que afeta diretamente as condições de vida dos trabalhadores. Enquanto o processo de pilhagem global é conduzido por uma plutocracia burguesa, sob o comando do sistema financeiro, todas as frações da burguesia encontram na produção a origem primária da exploração.

5. O embate entre Estados Unidos e China

As contradições básicas que assolam o capitalismo não são postas por agentes externos, mas decorrem de seu próprio movimento. Na conjuntura internacional das últimas décadas, a China se consolidou como principal destino de investimentos externos, propiciando um relativo alívio quanto às consequências da crise estrutural do capital. Assim, o acelerado crescimento da China foi absolutamente fundamental para a expansão da acumulação na passagem do século XX ao XXI, permitindo aos grandes monopólios acesso a uma gigantesca massa de trabalhadores e consumidores chineses.

A princípio, a China foi tratada apenas como uma nova fronteira para a expansão capitalista, marcada por abundante oferta de força de trabalho, mas ainda subordinada tecnológica e economicamente aos monopólios do Ocidente. Nesse sentido, a expectativa era de que essa imensa oficina de produção mundial mantivesse uma relação de dependência em relação aos Estados Unidos, tal qual ocorrera em outras regiões do mundo, como América Latina, no sudoeste asiático, Oriente Médio e Oceania.

A China, com seu gigantesco mercado de trabalho, é provavelmente o país que, no cenário recente, de maneira mais explícita, tem demonstrado como o capital encontra força de trabalho barata e rigidamente disciplinada. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho ideal para a produção dos grandes monopólios. Ademais, o país asiático soube adaptar-se rapidamente às exigências de crescimento de produtividade, desenvolvendo processos migratórios internos intensos, capazes de transformar pequenas cidades chinesas, como Shenzhen e Dongguan, em metrópoles com enorme capacidade produtiva (Harvey, 2012).

Parte do equívoco na análise do potencial de crescimento chinês foi a suposição de que a China não desenvolveria seus próprios monopólios para competir com os Estados Unidos. Contrariamente a esse prognóstico, o país asiático buscou alcançar autonomia financeira e tecnológica, tornando-se não apenas exportador de maquinários sofisticados e produtos tecnológicos, mas também de manufaturados de elevado valor agregado. Além disso, a China se consolidou como exportadora de capitais. No que tange a este último aspecto, o país realizou empréstimos superiores a US\$ 1,3 trilhão na última década, especialmente para financiar projetos de infraestrutura em países de baixa e média renda (Martin, 2023). Esse movimento evidencia uma ampliação da esfera de influência chinesa, conectando diversos países às suas complexas cadeias produtivas, pela chamada nova rota da seda.

O fato é que a relativa decadência dos Estados Unidos diante do crescimento chinês se configura como um elemento potencialmente explosivo nesta primeira metade do século XXI. Com a recente eleição de

Donald Trump, a tendência é de que esse enfrentamento se intensifique nos próximos anos, embora, provavelmente, sem uma solução efetiva capaz de recompor, pela via econômica, a ascensão estadunidense.

Se o objetivo for analisar a força da dinâmica produtiva que tipicamente caracteriza as relações de produção na atual fase do capitalismo, esse papel não é desempenhado pela economia americana, mas pela China. No contexto histórico contemporâneo, a hegemonia econômica, política e militar ainda reside nos Estados Unidos; no entanto, o país já não detém o domínio quantitativo da produção mundial, como ocorreu no período pós-guerra, sendo atualmente uma exceção apenas nos setores de defesa, energia e agronegócio. No enfrentamento de suas próprias contradições, o campo bélico se configura como o espaço onde os Estados Unidos mantêm superioridade, além de ser um setor fundamental para a dinamização de sua economia. Por esse motivo, a tendência é de que a estratégia norte-americana em curso seja de intensificar sua ofensiva no campo militar, seja atuando diretamente, seja com o auxílio de países sob sua órbita de influência. Mesmo com Trump no poder, representando interesses internos distintos dos do Partido Democrata, a lógica de uma ofensiva bélica, no que tange à política externa, não apresenta sinais de que será alterada.

Ainda sobre esse embate, cabe ainda ponderar que há uma forte imbricação e até complementariedade das duas economias, sendo essa uma contradição de difícil contorno. Enquanto os Estados Unidos figuram como os principais investidores diretos na China, esta última se destaca como a maior credora externa dos Estados Unidos. A China lidera o mercado de exportações globais, enquanto os Estados Unidos se posicionam como maior importador mundial. Em resumidas palavras, a solução para esse conflito é um verdadeiro nó górdio.

No núcleo duro dessa questão, o ponto mais relevante a considerar é que não se trata de uma disputa de um capitalismo mais “selvagem”, representado pelos norte-americanos, contra um capitalismo mais “domesticado” pelo Estado, como o chinês. Não há, portanto, um “capitalismo

do bem”, de um lado, e outro “capitalismo do mal”, do outro lado. Uma análise dessa natureza seria o equivalente a uma espécie de crítica simplista, redutora e maniqueísta, quase como uma visão crítica econômica pentecostal. O que observamos nas duas realidades é a reprodução da exploração sobre os trabalhadores, além de um crescente processo de concentração de riqueza nas mãos de poucos.

À guisa de conclusão sobre um debate em aberto

Em *A tempestade*, peça de Shakespeare, um avassalador e inesperado temporal atinge um barco que cruzava o Mar Mediterrâneo, em uma viagem que se iniciava no sul da Itália e rumava em direção ao norte do continente africano. A bordo, viajavam vassalos serviais e, principalmente, nobres de Nápoles e de Milão. Ao ser tomado por raios, trovões e pelo furor das ondas, o barco é destruído e seus passageiros lançados ao mar revolto. Ferdinando, filho do rei de Nápoles, ao perceber o horror daqueles instantes e o temor por uma iminente morte, exclama a frase: “o inferno está vazio e todos os demônios estão aqui”.

No enredo de Shakespeare, tal tempestade é artificialmente provocada por Próspero, antigo duque de Milão, que, após ser deposto do poder, passou a viver em uma ilha, onde adquiriu poderes de magia e feitiçaria. Miranda, sua filha, compadecida com o destino dos ocupantes do barco, questiona o pai, temerosa de que tenha sido ele quem causou o desastre. Próspero confirma, sem hesitação, que sim, foi ele mesmo quem conjurou a tormenta com o auxílio de Ariel, figura mítica que também habitava a mesma ilha. Em seguida, o antigo duque tranquiliza a filha, explicando que, com seus poderes mágicos, ele cuidou para que todos os naufragos fossem salvos, estando agora apenas adormecidos no leito da praia.

Já a tempestade de nossos dias e a tormenta que assola os trabalhadores se expressam na continuidade e no adensamento das contradições geradas pela acumulação de capital numa conjuntura de crise estrutural. Não se trata apenas de um distúrbio econômico severo, seus

desdobramentos atingem diretamente as condições de vida dos trabalhadores. Nesta terceira década do século XXI, é impossível tentar ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe ambiental e social se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade (Barros, 2015). No âmbito do trabalho, as jornadas se alongam, o ritmo laboral torna-se mais frenético e as pressões por alcançar metas inatingíveis recaem sobre cada trabalhador, enquanto o medo do desemprego — ou de jamais obter um emprego — torna-se uma constante. Há mais mortes no mundo por suicídio do que por guerras: 700 mil suicídios por ano, o equivalente a um a cada 40 segundos (OMS, 2021). Em pleno século XXI, diante do avanço alcançado pelas forças produtivas, é uma contradição difícil de justificar racionalmente o colossal volume de recursos destinados à produção bélica, voltada à aniquilação da vida, enquanto crianças ainda morrem de inanição ou por falta de acesso a tratamentos já disponíveis.

Quanto ao caráter anódino e débil das repostas do capital para o enfrentamento de crise estrutural, há um impedimento sob vários aspectos de qualquer possibilidade de retorno a uma solução keynesiana. Nesse sentido, o movimento de enfrentamento conduzido mundialmente pelo capital tem sido numa aposta dobrada na aplicação do receituário neoliberal. Ou seja, são ações que têm provocado o alargamento do desemprego, o ataque aos direitos dos trabalhadores e o arrocho fiscal em benefício da rapinagem do fundo público. Já do ponto de vista dos conflitos internos entre diferentes interesses de suas burguesias, os riscos da guerra são uma ameaça para populações inteiras e para a própria existência da humanidade.

Nesta fase ameaçadora à vida humana, capital e destruição tornaram-se unívocos. Já não é possível separar capital e destruição, mais do que isso, é algo que é imanente ao próprio sistema metabólico que acolhe o lucro e nega a vida. Mézáros é quem afirma que “a causa fundamental dos nossos problemas cada vez mais sérios não é a ‘face inaceitável do capitalismo desregulamentado’, mas sim a sua *substância destrutiva*”

(Mészáros, 2009, p. 28, grifo na obra). Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução. A rigor, em razão da ameaçadora crise social com que hoje nos deparamos, nem sequer esta opção nos é permitida. Porém, o risco em não enxergar a fase potencial e objetivamente destrutiva do capital também permeia as estratégias políticas de quem precisa enfrentar o capital. Assim, o que a história tem revelado é que a busca por formas de conciliação de classes é uma ilusória tentativa de acomodação de interesses, que são estruturalmente antagônicos e inconciliáveis.

Diante de uma crise que se aprofunda e assume, a cada dia, contornos mais dramáticos para a vida humana, o mundo contemporâneo parece, à semelhança da peça de Shakespeare, estar à deriva, aguardando uma urgente transformação que permita escapar dessa tormenta. No entanto, ao contrário do enredo alegórico, aqueles que produzem o horror dos nossos dias não têm a intenção de salvar os trabalhadores, tampouco a humanidade. O movimento incontrollável do capital prefere destruir a vida humana do que interromper seu processo de acumulação. Uma advertência se faz necessária: o fato de o capital ser incontrollável não implica que não possa ser superado. Nesse caso, a superação não advém de qualquer força transcendental, mas resulta de uma luta política orientada pela busca pela superação radical da atual forma de sociabilidade.

Referências

ADASCALITEI, D.; MORANO, C. P. Drivers and effects of labour market reforms: evidence from a novel policy compendium. *IZA Journal of Labor Policy*, Bruxelas, n. 15, 2016.

BARROS, A. *Para além de Prometeu?* Maceió: Edufal, 2015.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). *Statistical release: OTC derivatives at end-December 2020*. Basileia, 12 maio 2021. Disponível em: https://www.bis.org/publ/otc_hy2105.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

EXAME. Dívida global cresce e atinge US\$ 315 trilhões, maior valor da história, aponta IIF. *Estadão Conteúdo*, São Paulo, 7 maio 2024. Disponível em: <https://exame.com/economia/divida-global-cresce-e-atinge-us-315-trilhoes-maior-valor-da-historia-aponta-iif/>. Acesso em: 23 out. 2024.

HARVEY, D. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTIN, N. Como a China se tornou o maior credor do mundo. *DW*: Deutsche Welle, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-a-china-se-tornou-o-maior-credor-do-mundo/a-67546176>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1996. t. 2, v. I.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014. v. II.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo. 2017. v. III.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, I. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-35.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Suicide worldwide in 2019: global health estimates*. Genebra: OMS, 2021. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/341728/9789240026643-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 nov. 2024.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *Yearbook 2024: armaments, disarmament and international security*. Resumen en español. Barcelona: FundiPau, 2024. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2024-09/yb24_summary_es.pdf. Acesso em: 3 nov. 2024.

TRADING ECONOMICS. Dívida pública % PIB — Lista de países — G20. 2024. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/government-debt-to-gdp?continent=g20>. Acesso em: 4 nov. 2024.

Sobre o autor

ALBANI DE BARROS – Doutor em Serviço Social. Professor adjunto. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: albanibrr@hotmail.com

